



EDIÇÃO 227 DEZEMBRO 2020

DECISÃO

Juízes e juízas
enfrentam a
pandemia
nas eleições
PÁGINAS 14 E 15

Associação
recebe
congratulações
pelos 65 anos
PÁGINAS 16 A 18



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Com integração, Amagis supera pandemia e ameaças à classe



Presidente Alberto Diniz promoveu reuniões virtuais com 22 das 27 Seccionais da Amagis

Com dedicação e integração, reforçada por meio da inédita gestão itinerante virtual, a Amagis e os magistrados superaram os desafios da pandemia e as consecutivas ameaças à reputação da classe e às suas garantias e direitos consolidados. Além da defesa dos associados, foram reduzidos os danos da nova previdência e conquistado o aperfeiçoamento dos critérios de compensação por função.

PÁGINAS 4 A 11

Aposentados são fortalecidos na AMB

PÁGINA 3



CHECK-UP EVITA DESLOCAMENTOS E RISCOS DE CONTÁGIO

PÁGINA 27

RESISTIMOS E SUPERAMOS O ANO DA PANDEMIA E ATAQUES À CLASSE

POR ALBERTO DINIZ*

“2020 não foi um ano perdido, mas de reafirmação da defesa e da valorização da Magistratura, que, há 65 anos, pauta a atuação de nossa Amagis”

Com união, integração e esforço, vencemos o ano de 2020, que entrará para a História como atípico e sem precedentes por conta da pandemia do coronavírus e seus desafios. O primeiro deles foi o reconhecimento da gravidade da situação para o necessário enfrentamento. Isso permitiu que o Tribunal de Justiça de Minas saísse na frente ao adotar medidas desde o isolamento ao trabalho remoto. De sua parte, como é de seu compromisso, os magistrados mineiros responderam à altura e deram sua contribuição, realizando mais de 30 milhões de atos processuais no auge da pandemia.

Como a Magistratura mineira, a Amagis também não parou. Nossa prioridade inicial foi cuidar da saúde e preservar a vida de todos. Nosso plano de saúde investiu no teletrabalho e apostou na tecnologia, por meio da teleconsultas médicas. Hoje, atende a mais de 10 especialidades,

mantendo a prevenção e evitando riscos de contágio.

Esforços semelhantes dedicamos à defesa e valorização da classe na reforma da previdência, de modo a reduzir os danos das mudanças impostas. Ao final, alcançamos os objetivos possíveis, graças à parceria com os associados e outras entidades das carreiras típicas de Estado e intensa interlocução com o Parlamento mineiro.

Nessa difícil realidade, ainda enfrentamos campanhas de desconstrução em operações policiais midiáticas e rede de fake News. Em todos esses casos, mantivemos a firmeza de ficar ao lado dos magistrados e repudiar iniciativas que tinham único objetivo: destruir reputações e a honra pessoal de magistrados dedicados, afetando a independência deles e a autonomia do Judiciário.

Tivemos também organização e energia para, no campo associativo e administrativo, inovar com a gestão itinerante virtual com todas as Seccionais, conquistar a criação da Vice-presidência de Aposentados na AMB e o aperfeiçoamento dos critérios de compensação de dias úteis, além da aprovação de criação de 170 cargos de assessores na 1ª instância. Tudo isso confirma que 2020, apesar da atipicidade, não foi um ano perdido, mas de reafirmação da defesa e da valorização da Magistratura, que, há 65 anos, pauta a atuação de nossa Amagis.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Aposentados são fortalecidos com Vice-presidência na AMB **PÁG 03**
- Reuniões virtuais abrangem 80% das Seccionais em 2 meses **PÁG 04**
- Critérios de compensação valorizam os magistrados **PÁG 07**
- Presidente condena fake news contra juízes de Sete Lagoas **PÁG 08**
- Associação defende unidade da Magistratura mineira **PÁG 09**
- Consultoria atende a 128 associados em dois meses **PÁG 10**
- Manual da Amagis traz casos concretos sobre a Previdência **PÁG 11**
- Associações debatem reforma administrativa com senador **PÁG 13**
- Juízes superam desafios com eleições na pandemia **PÁG 14**
- Dirigentes saúdam 65 anos da Amagis **PÁG 16**
- WhatsApp agiliza audiências em Governador Valadares **PÁG 19**
- Entrevista: Juíza Bárbara Lívio **PÁG 20**
- Desembargador preside Conselho de Política Criminal **PÁG 21**
- Painel da Magistratura **PÁG 22**

SAÚDE!

- Aplicativo da Amagis Saúde agiliza acesso ao plano **PÁG 26**
- Pesquisador garante segurança das vacinas **PÁG 28**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juíza Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juíza Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juíza Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

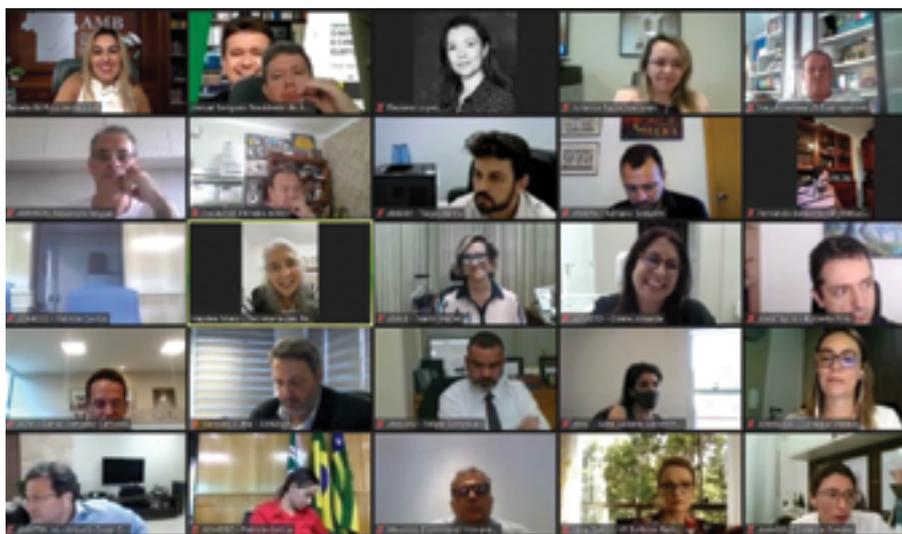
Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Aposentados são fortalecidos com Vice-presidência na AMB

Pasta foi incluída com aprovação de alteração no estatuto



Criação da pasta no estatuto foi anunciada em reunião da AMB

Com a reforma do estatuto da AMB, os magistrados aposentados obtiveram uma importante conquista com a criação da Vice-presidência de Aposentados da Associação nacional. A aprovação da mudança foi anunciada no dia 11 de novembro, durante reunião do Conselho de Representantes da AMB.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, celebrou a inclusão da pasta no estatuto e afirmou que a mudança irá garantir uma participação mais efetiva dos Aposentados na AMB. “Essa era uma legítima reivindicação de nossos colegas, que, agora, contribuirão ainda mais com o fortalecimento do trabalho associativo, tão importante para a classe”, afirmou.

Comprometido com a criação da Vice-presidência de Aposentados da AMB, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, enviou aos filiados à Associação um ofício em favor da criação da pasta, incluindo a orientação de procuração para aqueles que, na impossibilidade de votar, fossem representados por outro magistrado. “A Amagis esteve fortemente empenhada na defesa desse pleito e, com a decisão, a AMB reforça seu compromisso com os juízes e desembargadores que tanto se dedicaram à Magistratura brasileira”, comentou Alberto Diniz.

Para o juiz Cláudio Figueiredo, que integra a Coordenadoria regional dos Aposentados da AMB, a mudança no estatuto garante aos magistrados inativos participarem do conselho executivo da AMB e do planejamento das estratégias das Associações. “Ela [a Vice-presidência] coloca os aposentados em posição de destaque e com efetiva participação na AMB. E, para isso acontecer, o empenho da Amagis foi fundamental. Graças ao trabalho exitoso da nossa Associação, tivemos uma expressiva participação dos magistrados mineiros na votação do novo estatuto”, reconheceu.

Na avaliação da vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Amagis, juíza Marli Maria Braga Andrade, o reconhecimento dos magistrados inativos pelas Associações é muito importante, permitindo que eles tenham cada vez mais voz, vez e voto. “A decisão é resultado de um esforço liderado pelas representações regionais em conjunto com os aposentados. Com a Vice-presidência, os aposentados terão voz e voto em questões atinentes a eles, sobretudo na sua valorização e inserção em atividades específicas, além de discussões efetivas de interesse da Magistratura de todo o país”, avaliou. ●

“Essa era uma legítima reivindicação de nossos colegas, que agora contribuirão ainda mais com o fortalecimento do trabalho associativo, tão importante para a classe”
Alberto Diniz, presidente da Amagis

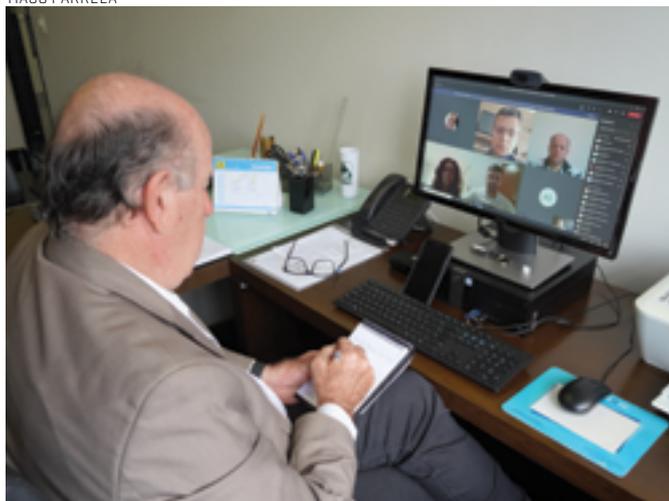
“Com a Vice-presidência, os aposentados terão voz e voto em questões atinentes a eles, sobretudo na sua valorização e inserção em atividades específicas”
Marli Braga, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis

“A Vice-presidência coloca os aposentados em posição de destaque e com efetiva participação na AMB”
Cláudio Figueiredo, membro da Coordenadoria regional dos Aposentados da AMB

Reuniões virtuais abrangem 80% das Seccionais em dois meses

Encontros com todas as regiões devem ser concluídos neste mês

TIAGO PARRELA



Em apenas dois meses, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, promoveu reuniões virtuais com 22 das 27 diretorias Seccionais da Associação, que abrangem várias comarcas mineiras. A expectativa é de que, até meados deste mês, Alberto Diniz reúna-se com os magistrados de todas as regiões de Minas Gerais.

Dos dias 4 a 27 de novembro, o presidente da Amagis realizou encontro virtuais com juízes das Sec-

tas em favor da classe junto ao TJMG, como a que se refere à recomendação 75 do Conselho Nacional de Justiça – sobre a regulamentação da compensação por assunção de acervo – e questões do associativismo no âmbito estadual e nacional.

As reuniões também têm sido importantes para a Amagis alinhar com os magistrados as reivindicações específicas de cada comarca. “Com sua capilaridade, as Seccionais, com o apoio de seus diretores, têm se



Juízes e juízas apresentaram reivindicações

“Com sua capilaridade, as Seccionais, com o apoio de seus diretores, têm se mostrado um importante instrumento de coesão política da Magistratura mineira”
Alberto Diniz, presidente da Amagis

cionais de Paracatu, Unaí, Governador Valadares, Patos de Minas, Varginha, São João Del Rei, Araguari, Ituiubata, Pouso Alegre, Passos, João Monlevade, Barbacena, Viçosa, Muriaé e Uberaba, totalizando mais de um centena de magistrados presentes na reunião.

A realização das reuniões virtuais foi um meio encontrado pelo presidente Alberto Diniz para superar as restrições impostas pela pandemia do Coronavírus. Durante os encontros, que são realizados em uma média de dois a três por semana, o presidente da Associação atualiza os participantes sobre projetos de interesse da Magistratura em tramitação no Congresso Nacional, interlocuções fei-

mostrado um importante instrumento de atuação associativa da Magistratura mineira”, afirmou o presidente da Amagis.

Na avaliação do diretor da Seccional de Paracatu [Noroeste de Minas], juiz Fernando Lino dos Reis, a iniciativa da Amagis de realizar reuniões virtuais foi excelente, pois atualiza os juízes que atuam no interior sobre o trabalho realizado nas várias frentes de atuação da Associação, como nas questões referentes à carreira e valorização dos Magistrados.

Para a diretora da Seccional de Unaí [Noroeste de Minas], juíza Monika Machado Gomes, a reunião é muito importante por propiciar o contato direto com o presi-

dente da Amagis. “Tivemos informações preciosas sobre tratativas com o presidente do STF, Poder Executivo Federal, com o presidente do TJMG e da Assembleia Legislativa sobre assuntos de interesse da classe”, afirmou.

O diretor da Seccional de Governador Valadares [Vale do Rio Doce], juiz Marcelo Carlos Cândido, também destacou as informações passadas pelo presidente Alberto Diniz sobre a interlocução permanente com as Presidências do Tribunal e a ALMG, em defesa dos inte-

preocupado com a coletividade dos magistrados. E, na impossibilidade de estar nas comarcas, se faz presente virtualmente, dando apoio a todos os juízes”, disse.

Para a juíza Raíssa Figueiredo Monte Raso Araújo, da Comarca de Três Pontas [Sul de Minas], a iniciativa das reuniões virtuais foi muito positiva, pois impede que os juízes do interior fiquem isolados nesse momento. “Agradecemos ao presidente da Amagis por esta aproximação, que, além de nos ouvir e acalen-

“Mesmo com as dificuldades da pandemia, essas reuniões vêm confirmar que o presidente da Amagis está atento e preocupado com a coletividade dos magistrados”
Juiz Antônio Carlos Parreira, diretor da Seccional de Varginha

resses da classe. “Nos trouxe um alento e esperança, no sentido de estarmos bem representados pela Amagis. Nos sentimos reconfortados pela presidência do desembargador Alberto, que possibilita o acesso de todos nós”, comentou.

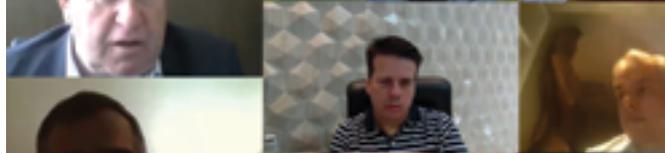
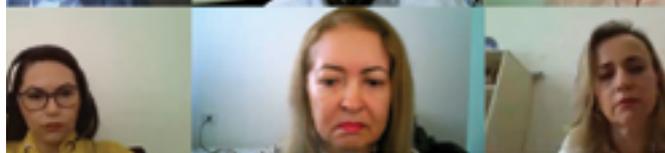
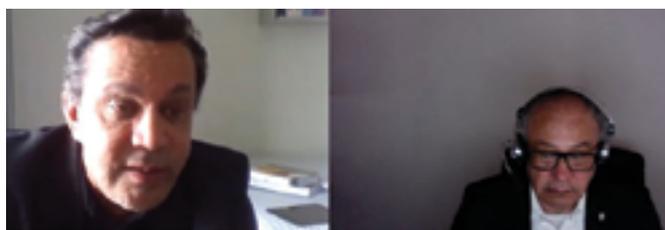
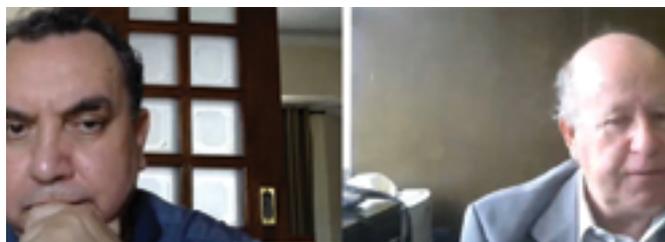
Segundo o diretor da Seccional de Patos de Minas [Alto Paranaíba], juiz Vinícius de Ávila Leite, a iniciativa da Amagis denota transparência da atual administração. “Temos acompanhado o empenho do presidente da Amagis e da diretoria na defesa de nossas prerrogativas e vemos com muita satisfação o trabalho da Associação”, destacou.

De acordo com o diretor da Seccional de Varginha [Sul de Minas], juiz Antônio Carlos Parreira, promover a comunicação com os juízes do interior é uma forma importante de aproximação dos associados. “Mesmo com as dificuldades da pandemia, essas reuniões vêm confirmar que o presidente da Amagis está atento e

tar, toma conhecimento de nossos pedidos e requerimentos para serem encaminhados ao Tribunal de Justiça”, destacou.

O juiz Armando Barreto Marra, diretor da Seccional de São João Del Rei [Campo das Vertentes], disse que o presidente Alberto Diniz tem revelado um espírito democrático em sua gestão. “Foi uma reunião muito produtiva, ouvindo os associados com uma atenção destacada. Este canal de comunicação é muito frutífero e deve ser usado de agora em diante, o que ainda proporciona a integração com o interior”, avaliou.

De acordo com o juiz Hélio Martins Costa, da Comarca de São João Del Rei, as reuniões têm demonstrado o compromisso do presidente da Associação com as prerrogativas da classe. “Temos visto um esforço muito grande do nosso presidente em atender às demandas da Magistratura, nossas prerrogativas e somos muito gratos com essa preocupação permanente e contato

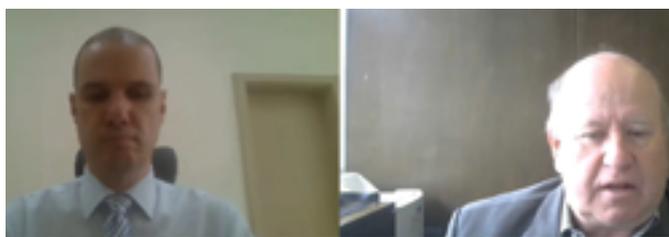
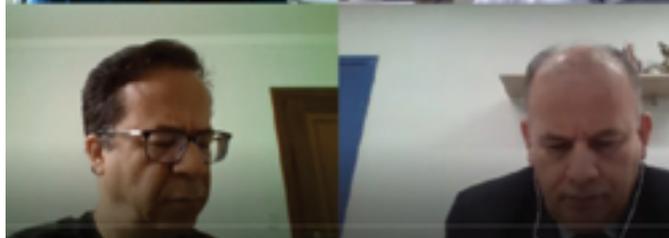


Alberto Diniz confirma diálogo positivo com o TJ



6. DEFESA DA MAGISTRATURA

Decisão - Dezembro 2020



Juizes aprovaram reuniões virtuais

com toda a classe”, afirmou.

O diretor da Seccional de Pouso Alegre [Sul de Minas], juiz José Hélio da Silva, considerou a reunião muito e positiva e destacou a participação dos juizes e juizas não só da comarca, mas também da região. “A reunião foi muito produtiva e todos ficaram muito satisfeitos. Todos apresentaram suas aspirações, e o presidente Alberto ouviu e ficou de levá-las ao presidente do Tribunal”, disse.

Para a diretora da Seccional de Passos [Sul de Minas],

“A Amagis é nosso canal de comunicação com a direção do Tribunal de Justiça, e a reunião pôde esclarecer os nossos anseios e direitos. Uma iniciativa que merece aplausos”, disse.

A diretora da Seccional de Muriaé [Zona da Mata], juíza Alinne Arquette Leite Novaes, também considerou as reuniões virtuais como um fato positivo. “A reunião foi excelente e muito diferente de receber informações por mensagens. Ter este contato com o presidente da Amagis, mesmo

“Ter este contato com o presidente da Amagis, mesmo que virtualmente, nos ouvindo e informando, só fortalece a Magistratura e dá ânimo de continuar”
Juíza Alinne Arquette Leite Novaes, diretora da Seccional de Muriaé

juíza Patrícia Oliveira Leite, o uso da tecnologia contribui para o contato dos magistrados do interior com a Presidência da Associação e aproxima os juizes da região. “Isso traz uma proximidade e união jamais vistas. Essas reuniões virtuais devem ser constantes, seja para nos reportar as informações de interesse da classe, seja para apresentarmos nossas demandas e escutar o que nos aflige”, disse.

Na avaliação do diretor da Seccional de João Monlevade [Vale do Aço], juiz Wellington Reis Braz, a iniciativa da Amagis e a reunião foram extremamente positivas. “Os assuntos abordados pelo presidente Alberto, como questões sobre a defesa da Magistratura, condições de trabalho e plano de saúde, são todos muito pertinentes e a Amagis está de parabéns pela iniciativa”, avaliou.

Para o diretor da Seccional de Barbacena [Campos das Vertentes], juiz José Carlos dos Santos, a reunião possibilitou aos magistrados esclarecer suas dúvi-

das que virtualmente, nos ouvindo e informando, só fortalece a Magistratura e dá ânimo de continuar”, afirmou.

Na consideração da diretora da Seccional de Viçosa [Zona da Mata], juíza Giovanna Travenzoli Abre Lourenço, nesse período de pandemia e isolamento social, as reuniões fortalecem a classe. “Essa iniciativa inédita favorece um diálogo mais próximo entre os associados e a Direção. Os colegas podem expor suas dúvidas e pleitos, além de se inteirar sobre os posicionamentos da entidade sobre temas relevantes para a Magistratura”, reconheceu.

Para a tesoureira da Seccional de Uberaba [Triângulo Mineiro], juíza Andreísa de Alvarenga Martinoli Alves, a reunião foi uma oportunidade para os magistrados serem ouvidos e esclarecerem dúvidas que são de interesse de toda a classe, como questões do Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça [CNJ], com o presidente da Amagis. ●

Critérios de compensação valorizam os magistrados

Minuta de resolução foi aprovada pelo Órgão Especial do TJMG

O Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 11 de novembro, minuta de resolução com alterações nos critérios de compensação para magistrados referentes a dias de créditos decorrentes do exercício da judicatura ou de atividade administrativa, no âmbito das Justiças de primeira e segunda instância do Poder Judiciário mineiro.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que tem trabalhado diariamente junto ao Tribunal pela valorização da classe, as mudanças nos critérios de compensação são um reconhecimento aos magistrados. “Os novos critérios valorizam a atuação dedicada e altamente qualificada dos magistrados mineiros”, afirmou Alberto Diniz ao ressaltar ainda a importância do trabalho dos membros do TJ que se dedicaram ao aprimoramento da resolução.

Entre as mudanças na resolução relacionadas à primeira instância estão a separação entre plantões diurnos e noturnos, os números de decisões para compensação nas turmas recursais, que passou de 10 para 8 decisões monocráticas terminativas ou votos de relatoria proferidos para 1 dia de compensação.

Os critérios para direção de Foro também foram alterados. No texto anterior, havia uma distinção entre as



Alberto Diniz na sessão do Órgão Especial que aprovou os novos critérios

entrâncias (primeira, segunda e especial). Com a nova resolução, todos os magistrados que exercem direção de Foro passam a ter direito a 1 dia de compensação para cada 30 dias de exercício dessa atribuição.

O mesmo acontece com os magistrados que coordenam Juizado Especial e Cejusc, que passam a ter direito a 1 dia de compensação para cada 30 dias de exercício da atribuição. Os juízes coordenadores de núcleo regional da Ejef também terão direito a 1 dia de compensação para cada 90 dias de exercício da função.

Na avaliação do diretor-subsecre-

tário da Amagis, juiz Evandro Cangussu, da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), as alterações são uma ferramenta de estímulo à produtividade e reconhecimento das funções cumulativas que vários magistrados exercem, sem descuidar das obrigações legais com a unidade judiciária a qual o magistrado é vinculado.

Na segunda instância, por exemplo, o critério de 10 votos ou decisões monocráticas proferidos na condição de relator no exercício de cooperação foi alterado. Passaram a ser 8 votos ou decisões para 1 dia de compensação. ●

Projeto de cargos de assessores será votado pela Assembleia Legislativa

Órgão Especial aprovou a criação de 170 novos postos

O TJMG encaminhará para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a proposta de criação de 170 cargos de assessor para juízes de 1º grau, aprovada pelo Órgão Especial no dia 25 de novembro.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou que a decisão do colegiado é uma forma de reconhecimento e valorização dos ma-

gistrados que atuam no primeiro grau de jurisdição. “A aprovação da criação desses cargos de assessor é mais um passo na direção da valorização da primeira instância, que é uma das bandeiras permanentes da Amagis”, afirmou.

Após a votação, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, observou que o projeto será encaminhado para ALMG, mesmo com o Tribunal

não podendo ter aumento de despesas até dezembro de 2021, a fim de garantir agilidade na tramitação do projeto. “Esse item é importantíssimo porque busca atender a todos os magistrados de Minas Gerais”, disse Gilson Lemes.

A Amagis irá acompanhar a tramitação do projeto no Legislativo, realizando gestões com os parlamentares para sensibilizá-los sobre a proposta. ●

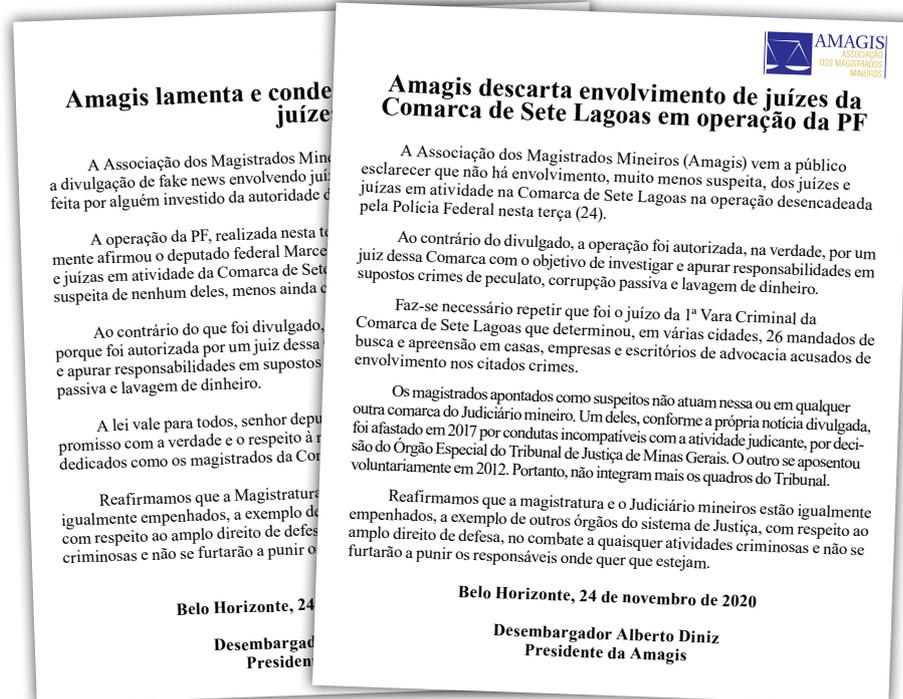
Presidente condena *fake news* contra juízes de Sete Lagoas

Operação da PF foi autorizada por magistrado da Comarca

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 24 de novembro, nota de esclarecimento sobre operação da Polícia Federal na Comarca de Sete Lagoas (região central de Minas). Em sua manifestação, Alberto Diniz garantiu que não há envolvimento, sequer suspeita, dos juízes em atividade na Comarca de Sete Lagoas na operação desencadeada pela Polícia Federal.

De acordo com o presidente, a ação foi autorizada pelo juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sete Lagoas, que determinou, nessa e em outras cidades, 26 mandados de busca e apreensão em casas, empresas e escritórios de advocacia acusados de envolvimento em crime de peculato. Alberto Diniz observou ainda que os magistrados apontados como suspeitos não atuam em Sete Lagoas ou em qualquer outra comarca do Judiciário mineiro.

Em outra nota, o presidente da Amagis condenou a divulgação de fake news relacionada aos juízes da Comarca de Sete Lagoas pelo delegado e deputado federal Marcelo Freitas. "A lei vale para todos, senhor deputado, assim como deve



ser o compromisso com a verdade e o respeito à reputação de profissionais honrados e dedicados como os magistrados da Comarca de Sete Lagoas", afirmou Alberto Diniz.

No documento, o presidente da Associação também disse que a

Magistratura e o Judiciário mineiros estão empenhados, a exemplo de outros órgãos do sistema de Justiça, no combate a quaisquer atividades criminosas e não se furtarão a punir os responsáveis onde quer que estejam. ●

**8 DE DEZEMBRO
DIA DA JUSTIÇA**

Uma homenagem da Amagis aos magistrados e servidores, que, diariamente, trabalham pela Justiça e pela pacificação social.



Associação defende unidade da Magistratura mineira

Presidente afirma que magistrados dignificam o Judiciário

Em defesa da unidade da classe e de magistrados que dignificam o Judiciário, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou nota, no dia 18 de novembro, na qual contestou críticas a desembargadores oriundos do Quinto Constitucional.

No texto, Alberto Diniz observou que a discussão sobre eventual modificação da forma de ingresso nos Tribunais por meio do Quinto Constitucional é legítima e pode ser feita dentro da Magistratura. “O que não é razoável, e reprovamos e condenamos, são manifestações hostis e falsas à integridade moral e profissional dos magistrados e magistradas mineiras”, afirmou o presidente da Amagis.

Alberto Diniz destacou que, além de preencher, os requisitos constitucionais, os desembargadores que ingressam pelo quinto atuam com independência, caráter elevado, dedicação e equilíbrio que marcam a trajetória dos magistrados. “A diversidade jurídica amplia e qualifica a riqueza da Justiça mineira e brasileira”, comentou.

O presidente da Amagis também destacou que, em toda a sua trajetória de 65 anos, a Amagis sempre fez a defesa dos magistrados e magistradas, onde quer que estejam e venham de onde vierem. “Essa é a vocação original da Associação, razão maior de sua legitimidade e de se consagrar como a segunda maior da América Latina”, reafirmou Alberto Diniz. ●



Amagis defende respeito a magistrados que dignificam o Judiciário

Em toda a sua trajetória de 65 anos, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) sempre fez e faz a defesa dos magistrados e magistradas, onde quer que estejam e venham de onde vierem. Essa é a vocação original da Associação, razão maior de sua legitimidade e de se consagrar como a segunda maior da América Latina.

Para a Amagis, não existem magistrados e magistradas de segunda classe. É assim no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e nos Tri-

Além de preencherem os requisitos constitucionais, atuam com independência, caráter elevado, dedicação e equilíbrio que marcam a trajetória dos magistrados. A diversidade jurídica amplia e qualifica a riqueza da Justiça mineira e brasileira.

por meio do Quinto Constitucional é legítima e pode ser feita dentro da Magistratura. O que não é razoável, e reprovamos e condenamos, são manifestações hostis e falsas à integridade moral e profissional dos magistrados e magistradas mineiras. Desrespeitá-los e agredi-los configuram igualmente desrespeito e ofensa à Constituição, que fixou as normas de ingresso na Magistratura.

A todos eles, o nosso respeito, estima e orgulho por fazerem da Magistratura mineira a mais operosa e qualificada do Brasil. Como faz há seis décadas e meia, a Amagis está preparada para atuar em defesa da honra desses vocacionados profissionais.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020

Desembargador Alberto Diniz
Presidente da Amagis

Amagis condena operação policial midiática orquestrada

Vazamento impõe prejuízos à reputação e honra pessoal

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 18 de novembro, nota pública na qual condenou operações policiais midiáticas no TJMG e reafirmou a confiança na lisura, atuação exemplar e integridade dos magistrados do Tribunal.

No documento, o presidente Alberto Diniz manifestou perplexidade com o desrespeito ao sigilo da operação, cujo vazamento de informações orquestrado em parceria com setores da Imprensa resultam

em uma condenação sumária, sem quaisquer direitos de defesa e o devido processo legal, com graves prejuízos à reputação e honra moral de profissionais ilibados.

O presidente da Associação observou que, desde 1988, a Constituição garante o direito à defesa, ao contraditório e, principalmente, o princípio da presunção de inocência [artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal] como garantia processual antes de um julgamento legal, muito menos midiático.

Alberto Diniz ressaltou que a confiança nos magistrados é sustentada por trajetórias de dedicação e cumprimento rigoroso das normas do devido processo legal, das leis e da Constituição Federal, confirmadas pelas permanentes atuações da Corregedoria de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. “A Amagis fará a defesa dos magistrados, convicta de que, apesar dos abusos e prejuízos, prevalecerá a inocência desses profissionais e o Estado de Direito”, afirmou. ●

Consultoria atende a 128 associados em dois meses

Manual traz perguntas e respostas sobre a previdência

Em pouco mais de dois meses, a Amagis prestou consultoria jurídica sobre a nova Previdência estadual a 128 associados. Para oferecer o serviço aos associados, a Amagis contratou o escritório de advocacia Brito Campos, cujos representantes realizaram consultas online e presenciais, na sede da Associação, que, inicialmente, iriam ocorrer apenas às terças-feiras, mas que passaram a acontecer também nas sextas-feiras em função da grande procura dos magistrados pela consultoria.

A partir da análise prévia de documentos enviados pelos magistrados, como a certidão de tempo de serviço fornecida pelo TJMG, os advogados da Britto Campos esclareceram e orientaram os magistrados sobre questões como regras de transição, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, previdência complementar, contribuição previdenciária ordinária progressiva, contribuição para aposentados e pensionistas e abono de permanências.



Advogado Nazário Nicolau e juíza Renata Borges durante a consultoria

Entre os 128 magistrados que receberam a consultoria, está a juíza Renata Nascimento Borges, que foi atendida na sede da Associação, e irá embasar sua decisão sobre a aposentadoria a partir da orientação do advogado. “Fiquei muito satisfeita com o atendimento personalizado e útil nesse momento. Esclareci uma série de dúvidas sobre meu tempo de contribuição e as informações que recebi

irão me ajudar na tomada de decisões”, comentou.

Segundo a juíza Sandra Sallete da Silva, cujo atendimento foi online, a consultoria atendeu às suas expectativas e esclareceu todas as dúvidas que ela tinha sobre alterações na Previdência estadual, e sobre seu tempo de trabalho na Magistratura. “As respostas aos meus questionamentos foram de fundamental importância para eu me planejar melhor com relação à

aposentadoria”, afirmou.

O jornal DECISÃO tem publicado a cada edição exemplos de casos concretos citados no manual da nova Previdência de Minas Gerais elaborado pela Amagis em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Saiba mais na página ao lado. O manual, pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://bit.ly/manualprevidencia> ou pelo QR Code na página ao lado. ●

Sinal vermelho contra a violência doméstica



Juíza Maria
Consentino



Manual da Amagis traz casos concretos sobre a nova Previdência

Pensão por morte de benefício de servidor da ativa e aposentado

EXEMPLO DE PENSÃO POR MORTE DECORRENTE DE BENEFÍCIO DE SERVIDOR APOSENTADO		
VALORES	REGRA ANTERIOR	REGRA APROVADA
 <u>Valor da base de cálculo:</u> R\$30.000,00	<u>Valor da base de cálculo:</u> R\$6.101,06 (100%) R\$16.729,25 (70%)	<u>Valor da base de cálculo:</u> R\$30.000,00
 3 dependentes	<u>Valor por dependente:</u> R\$7.610,10 (33,333% do total para cada)	<u>Valor por dependente:</u> R\$9.000,00 [33,333% de 60% para cada + 10% do valor global]
 Óbito de um dos dependentes	Reversão de sua cota parte para os demais	Somente retorna a base dos 60% relativos à cota familiar
 1 dependente	R\$22.830,31 (100%)	R\$21.000,00 (60% + 10%)
EXEMPLO DE PENSÃO POR MORTE DECORRENTE DE BENEFÍCIO DE SERVIDOR ATIVO PENSÃO REFORMA-SERVIDOR COM 20 ANOS DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO		
VALORES	REGRA ANTERIOR	REGRA APROVADA
 <u>Valor da base de cálculo:</u> R\$30.000,00	<u>Valor da base de cálculo:</u> R\$6.101,06 (100%) R\$16.729,25 (70%)	<u>Valor da base de cálculo:</u> R\$18.000,00
 3 dependentes	<u>Valor por dependente:</u> R\$7.610,10 (33,333% do total para cada)	<u>Valor por dependente:</u> R\$5.400,00 [33,333% de 60% para cada + 10% do valor global]
 Óbito de um dos dependentes	Reversão de sua cota parte para os demais	Somente retorna a base à cota familiar de 60%
 1 dependente	R\$22.830,31 (100%)	R\$12.600,00 (60% + 10%)

CRÉDITO DOS ÍCONES: FONT AWESOME

O QR Code (Quick Reponse ou resposta rápida da tradução livre para o português) é um código de barras bidimensional, que pode ser escaneado por meio de celulares equipados com câmeras. Para o smartphone ler o código é preciso baixar o aplicativo de QR Code nas lojas virtuais da Google Play e na Apple Store. Há vários aplicativos de QR Code gratuitos.

FONTE: WIKIPÉDIA

ACESSE O
MANUAL
PELO QR
CODE AO
LADO



ATUAMOS EM TODOS OS PROCESSOS DO LEILÃO



PRÉ LEILÃO

Levantamento fotográfico, de documentação e georreferenciamento de imóveis rurais.



AValiação

Com aplicação da metodologia do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (CONFECI) e normas da ABNT.



EDITAL

Confecção de editais de fácil compreensão e publicação.



INTIMAÇÃO

Providenciamos a intimação das partes, co-proprietários e credores com o objetivo de evitar qualquer nulidade.



MÍDIAS

Divulgação em jornais de ampla circulação, rádio, tv, redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram), sites próprios, sites de venda, telemarketing, e-mail...



PUBLICIDADE

Personalização do plano de Marketing e análise de público alvo. Usando as características do item como influenciadora da venda.



REALIZAÇÃO

Com sistema e plataforma exclusiva para realização de leilões eletrônicos, disponibilizamos também auditório para realização de leilões simultâneos.



GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL

Confecção e acompanhamento do pagamento da guia de depósito judicial mesmo em casos de parcelamento.



PÓS LEILÃO:

Fechamento do leilão com entrega de relatório detalhado ao comitente e amplo suporte aos arrematantes.

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

Contrate nossos serviços:

www.mgl.com.br | 37 3242-2218 | 37 99827-5613 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



**Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:**

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

GRUPO CRÉDITO

Associações debatem reforma administrativa com senador

Iniciativa é resultado da parceria da Amagis e AMMP

Em reunião realizada no dia 9 de novembro, em Belo Horizonte, os presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier Gomes, discutiram pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, da reforma administrativa, com o senador Antonio Anastasia (PSD).

Apesar de a Magistratura não estar incluída na PEC, o presidente da Amagis considera o diálogo com os parlamentares no Congresso Nacional fundamental, para que as Associações possam se antecipar a eventuais alterações no texto que tenham implicações para a classe. “O senador Antonio Anastasia ouviu com atenção todas as nossas ponderações e se mostrou bastante favorável às considerações que fizemos sobre a reforma administrativa”, afirmou Alberto Diniz.

FRENTAS

A reforma administrativa também foi tema da reunião de representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), no dia 21 de outubro, com o senador Már-



Enéias Xavier, Alberto Diniz e Antonio Anastasia

cio Bittar (Acre).

Na ocasião, a presidente da AMB, juíza Renta Gil, manifestou sua preocupação com propostas que possam representar perdas para a Magistratura e defendeu as carreiras de Estado. “Temos uma preocupação muito grande com a desnaturação das carreiras. Vemos que o Poder Judiciário

está sendo atacado. E esses abusos que acontecem não podem justificar a morte da carreira”, disse Renata Gil.

Durante o encontro com o senador Márcio Bittar, também foi discutida a PEC Emergencial, que dispõe sobre controle do crescimento de despesas obrigatórias, instituindo mecanismos de ajuste fiscal.●

BOAS FESTAS!

Em 2020, passamos por período de desafios, mas juntos conseguimos superá-los. Juntos também estaremos em 2021. Desejamos um Natal de paz e um ano novo de plenas realizações.

Desembargador Alberto Diniz
Presidente da Amagis

Juízes superaram desafios com eleições na pandemia

Magistratura conciliou democracia e saúde pública no pleito 2020



Juíza Maria Venturelli (d) e servidores seguiram os protocolos de prevenção à Covid-19

POR IZABELA MACHADO

Conciliar o rito eleitoral democrático com a saúde da população em meio à pandemia do novo coronavírus foi o maior desafio do pleito de 2020. A partir do momento em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a realização das eleições neste ano, uma série de medidas passou a ser implementada para garantir a segurança de eleitores, magistrados, mesários e demais participantes do processo eleitoral.

Em conjunto com uma consultoria sanitária formada pela Fundação Oswaldo Cruz e hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês, de São Paulo, o TSE consolidou o Plano de Segurança Sanitária das Eleições Municipais de 2020. Entre as principais ações implantadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), estavam a ampliação do horário de votação, a criação de um horário preferencial para eleitores acima de 60 anos, o uso obrigatório de máscara pelos eleitores e a distribuição de álcool em gel, máscaras descartáveis e face shields para todos os

mesários, além de álcool líquido 70% para higienização de superfícies e instrumentos de trabalho.

Na avaliação da juíza Zilda Maria Youssef Murad Venturelli, da 160ª Zona Eleitoral, em Lavras (Sul), de maneira geral, os candidatos e os eleitores seguiram a Lei e, nos locais de votação, foram tomadas todas as medidas sanitárias recomendadas para prevenção da covid-19. Nos meses que antecederam o pleito, foram poucas representações e impugnações de candidaturas apresentadas e julgadas. Um verdadeiro “oásis” na avaliação da magistrada, que destacou o esforço da serventia eleitoral para se adequar aos novos procedimentos e cumprir o calendário a contento.

No entanto, a eleição deste ano foi também desafiadora em vários sentidos, especialmente porque demandou adaptações e acelerou mudanças que, na opinião da magistrada, deveriam ter sido planejadas para um futuro próximo. “Um dos grandes desafios foi possibilitar aos candidatos sem domicílio formal no município efetivar o registro de filiação partidária na circunscrição. Os servidores tiveram que correr para dar con-

ta dos prazos apertados. Outro desafio foi o fechamento do cadastro, que neste ano precisou ser reinventado, pois os servidores tiveram que se adaptar aos novos procedimentos em home office. Além disso, as caixas de e-mails não suportaram a demanda, e um atendimento que era feito em 15 minutos passou a necessitar de horas, às vezes, dias para resolver questões corriqueiras”, pontuou a juíza Zilda Youssef.

A magistrada afirmou que a convocação dos mesários foi também um obstáculo a ser superado, em razão da recomendação de minimizar ao máximo o contato pessoal. O meio eletrônico, segundo ela, não trouxe a celeridade esperada por conta do atraso nas confirmações de recebimento. “Houve número recorde de pedidos de dispensa, o que também acarretou esforço extra do cartório para separar pessoas do grupo de risco, convocar substitutos etc. No dia 15 de novembro, muitos mesários convocados não compareceram, obrigando à redistribuição dos componentes das mesas, sendo que algumas seções funcionaram com apenas três pessoas. Esses foram os

principais desafios que a pandemia trouxe para o processo eleitoral, que foi viabilizado graças aos esforços do TSE e TRE-MG, mas, especialmente, à dedicação e ao empenho dos servidores que trabalharam para obtenção desse resultado”, disse a juíza.

PERTO DO ELEITORADO

O pleito de 2020 revelou toda a paixão pela política no âmbito municipal, bem como o próprio amadurecimento da democracia brasileira, dada a participação do eleitorado, dos mesários e demais envolvidos no processo eleitoral. Essa é a avaliação do juiz Eliseu Silva Leite Fonseca, da 285ª Zona Eleitoral, em São Romão (Norte). “O resultado do pleito contrapõe-se ao temor inicial de não comparecimento da população às urnas, em razão da pandemia”, disse o magistrado.

Assim como fez nos anos em que presidiu eleições municipais nas Comarcas de Janaúba, Manga, Montalvânia e São João da Ponte, o juiz Eliseu Fonseca não mediu esforços para visitar os municípios que integram a Comarca no pleito deste ano. “Visitei as seções eleitorais para dar maior credibilidade e legitimidade ao processo eleitoral. Destaco a visita às seções eleitorais nos municípios de Santa Fé de Minas e Pintópolis. Percorri mais de 280 quilômetros em estradas de terra e peguei uma balsa para fazer a travessia do rio Uruçuia, na divisa de São Romão e Santa Fé de Minas, para estar mais perto da população. Com isso, aproveitei também para desfrutar da beleza do rio”, afirmou.

TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA

Para o juiz Cláudio Henrique Cardoso Brasileiro, da 291ª Zona Eleitoral, em Perdizes (Triângulo Mineiro), a situação desencadeada pela pandemia da covid-19 tornou o processo eleitoral deste ano o mais complexo de todos em que já atuou durante seus 15 anos de judicatura eleitoral. “Os desafios foram grandes porque, a cada momento, a pandemia evoluía, e isso repercutia diretamente nos trabalhos em razão dos protocolos definidos pelas autoridades sanitárias. Havia um cenário de absoluta indefinição porque a execução da logística das eleições acabava sendo redesenhada a todo momento”, afirmou o magistrado.



Juiz Cláudio Brasileiro visita zona eleitoral de Perdizes, no Triângulo Mineiro



Juiz Eliseu Fonseca e um policial atravessam o rio Uruçuia de balsa, no Norte

Para enfrentar esse desafio, foi necessário estabelecer um trabalho conjunto entre a Justiça Eleitoral, o Ministério Público e as autoridades sanitárias, como os Comitês de Enfrentamento ao Coronavírus dos municípios integrantes da Zona Eleitoral. Só assim, de acordo com o juiz, seria possível estabelecer fluxos e diretrizes e definir as medidas materiais necessárias para o adequado funcionamento das seções de votação espalhadas pelas áreas urbana e zona rural. “A união e o engajamento de todos os protagonistas envolvidos no processo resultou na definição dos protocolos e das ações necessárias para a boa fluência das campanhas eleitorais e da realização da votação”, destacou o juiz Cláudio Henrique Brasileiro.

Mais de 80 pessoas trabalharam

no dia 15 de novembro, exclusivamente como auxiliares de higienização, sendo que, com os auxiliares convocados para outras funções, o Cartório Eleitoral arregimentou mais de 180 colaboradores e mais de 200 mesários na Comarca de Perdizes. Na avaliação do magistrado, o resultado do pleito foi positivo na mesma dimensão dos desafios apresentados. “Os candidatos acataram as determinações sanitárias e as decisões da Justiça Eleitoral. A população se sentiu segura ao se dirigir até as urnas. Portanto, o processo foi marcadamente complexo, exaustivo e oneroso, mas o resultado final é animador porque demonstrou que a Justiça Eleitoral conseguiu desempenhar sua função e entregar aos cidadãos uma eleição confiável, transparente e segura”, garantiu o magistrado. ●

Dirigentes saúdam 65 anos da Amagis

História de luta em favor da classe foi ressaltada por todos



“Nesses 65 anos, a Amagis – braço político da Magistratura, do Judiciário mineiro – promoveu evoluções importantes para a melhora nas condições de trabalho dos juizes, como assessorias para os magistrados, entrâncias especiais no interior e nosso plano de saúde como algumas das conquistas da Associação”

Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis

“A história da Amagis se confunde com a da própria Magistratura, passamos por muitas batalhas e sempre saímos com a sensação do dever cumprido pela Justiça. A Amagis, ao longo do seu caminho, vem contribuindo para dar à sociedade o juiz que ela almeja. Esses 65 anos foram marcados pela defesa e valorização da Magistratura”

Luzia Peixôto, vice-presidente Financeira da Amagis



“A Amagis, nos 65 anos de existência, tem aprimorado cada dia mais a sua relação com os magistrados. No plano institucional, ela cresce, a cada dia, na proteção dos interesses da classe. Na área de saúde, temos o plano de autogestão que, a cada dia, se solidifica mais como um plano de proteção e prevenção da saúde”

Rosimere Couto, vice-presidente de Saúde da Amagis

“Nossa homenagem e gratidão aos presidentes que nos antecederam, em razão do esforço, dedicação e compromisso para solidificar a Amagis como uma Associação de vanguarda, no sentido de fortalecer a democracia e também de garantir e colaborar para a autonomia do Poder Judiciário”

Marli Maria Braga, vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas



“Nesses 65 anos, é nítida a evolução da Amagis, que vai estar sempre presente, participando das mudanças no Judiciário. Considero de vital importância para nossa Associação, a integração entre todos os juizes mineiros, nos permitindo discutir nossa atuação, mazelas e conquistas de igual para igual com todos os colegas”

Paulo Fernando Naves de Resende, vice-presidente de Interior da Amagis



“Para a longevidade das Associações de classe, o que exige é uma atuação com ética, eficiência e, principalmente, a constante atuação em defesa dos direitos e prerrogativas de seus associados. E esse papel, a Amagis vem cumprindo com fidelidade, não se furtando de lutar pelos direitos da Magistratura”

Jorge Paulo dos Santos, vice-presidente SocioCultural-Esportivo da Amagis

“Parabéns Amagis, pelos 65 anos de existência, por essa linda história de lutas, conquistas e defesa intransigente da Magistratura mineira. Durante todos esses anos, a Amagis vem se destacando pela atuação combativa e independente, visando novas conquistas, a preservação de direitos já alcançados e o fortalecimento da classe.”

Ivone Guillarducci, diretora-secretária da Amagis



“Toda Magistratura mineira comemora os 65 anos da Amagis. É uma data de construção de memória e muita história. Não dá para imaginar a Magistratura mineira sem a existência de uma Associação forte, rica em lutas e histórias, e que soube cumprir sua missão desde o início e assim vem desenvolvendo”

Envandro Cangussu, diretor-subsecretário da Amagis

“Desde a sua criação, a Amagis mantém, como seu principal objetivo, o de velar pela independência do Poder Judiciário, lutar pelos direitos dos magistrados e promover o conagraçamento da classe. Ainda que muita coisa haja para fazer, penso que os principais objetivos foram alcançados”

Antônio Armando dos Anjos, presidente do Conselho Deliberativo da Amagis



“Historicamente, a Amagis tem desempenhado uma gama enorme de papéis relevantes e fundamentais, que transcendem aqueles inerentes à representação dos interesses de classe. Nós da Justiça Militar, sabemos bem reconhecer a importância da Amagis como verdadeiro fator de identidade da Magistratura Mineira”

Fernando Armando, presidente do TJMMG



“A Amagis é uma Associação que muito faz, muito contribui para a Magistratura mineira. A toda direção da Amagis e a todos os magistrados mineiros, meus parabéns pelos 65 da Associação, com a certeza de que continuaremos lutando juntos pela Magistratura mineira”

Alexandre Victor de Carvalho, presidente do TRE-MG

“Uma data tão expressiva quanto essa mostra a força dessa instituição de classe dos magistrados mineiros. Nós, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, só temos a enaltecer a importância da Amagis. Instituição extremamente participativa nos temas de interesse de Minas e do Brasil”

Gério Patrocínio Soares, defensor público-geral de Minas Gerais



“Uma Magistratura forte, independente, que não se curva ao poder político e econômico é um dos pressupostos basilares da cidadania, da democracia. É nesse sentido que tem se dado a atuação da Amagis ao longo de décadas. Portanto, deixo aqui o meu agradecimento, inclusive, enquanto testemunha desse trabalho”

Enéias Xavier Gomes, presidente da AMMP

“Cumprimento o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, pelo trabalho associativo realizado em prol da Magistratura. Nesses últimos meses, testemunhei seu empenho e afincamento na atuação em conjunto com as lideranças classistas do Fomcate para alterar os principais pontos da reforma Previdenciária estadual”

Fernando Martelleto, presidente da Adep-MG



“Aproveito a oportunidade para enaltecer a parceria da Amagis com o Sindifisco-MG e as demais entidades que integraram o Fomcate na luta para assegurar os direitos dos servidores na reforma da Previdência estadual. Os avanços obtidos em relação ao projeto original são frutos inequívocos dessa união”

Marco Antônio Couto dos Santos, presidente do Sindifisco-MG

WhatsApp agiliza audiências em Governador Valadares

Medida é possível com a metodologia do NCP7

Em um ano completamente atípico, o de 2020, o Poder Judiciário acelerou o ritmo de inovações para garantir a promoção da Justiça ao cidadão. Foi nesse contexto, e a partir de conversas com seu assessor, Marcelo Borel, que o juiz Lupércio Fernandes, da 7ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), decidiu criar o Núcleo de Conciliação Paralela 7 (NCP-7), em referência à vara do magistrado.

Com um formato inédito no Judiciário, o projeto consiste no agendamento de audiências telepresenciais, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, sem a necessidade de movimentação formal do processo, o que torna o procedimento mais rápido.

De acordo com o magistrado, embora tudo seja feito paralelamente à tramitação do processo, previsto em lei, apenas quando há acordo entre os envolvidos que se coloca fim ao litígio. “Se o advogado da parte contrária manifestar expressamente o desinteresse em participar da audiência a ser designada ou deixar de aderir, no prazo de 24 horas, o ato será frustrado, prosseguindo-se normalmente o processo, no estado em que se encontra, sem qualquer prejuízo das decisões judiciais proferidas e dos atos processuais formalmente praticados no feito”, comentou Fernandes.

Em média, a designação das audiências na pauta normal da vara leva 40 dias. Já na metodologia aplicada



Juiz Lupércio Fernandes criou método para agilizar marcação de audiências

autos do processo, evitando dispêndio de tempo para o cumprimento de mandados judiciais ou ofícios de citação ou intimação”, afirmou o magistrado.

Para a Comarca de Governador Valadares, a inovação com o NCP-7 traz ainda mais benefícios, uma vez que muitos cidadãos da região vão para o exterior, sobretudo a América do Norte e a Europa, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Segundo Lupércio Fernandes, quando a pessoa emigra não deixa procuração com amplos poderes para representá-lo, isso pode dificultar a solução de um conflito, como em questões de família.

“Em inúmeros casos, a parte au-

ria, que é onerosa e leva muito tempo para ser cumprida em outro país.

ADESÃO AO NCP-7

A adesão ao NCP-7 pode ser feita a pedido de qualquer parte ou de seus advogados, exclusivamente pelo WhatsApp oficial da 7ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares para que a parte contrária seja contatada. Caso concorde com a adoção do sistema, a parte contrária deverá informar o número do processo, nome completo, nome e número de inscrição na OAB, número do WhatsApp do advogado ou da própria parte contrária, se ainda não tiver constituído procurador nos autos.

“Quando todos os sujeitos do processo querem resolver o conflito de imediato, o NCP-7 será um atalho indispensável”

Juiz Lupércio Fernandes

pelo NCP-7, quando as partes concordam em utilizar o sistema, a audiência virtual pode ser realizada em apenas três dias, conforme relatou Lupércio Fernandes sobre a primeira audiência realizada nessa modalidade. “Quando todos os sujeitos do processo querem resolver o conflito de imediato, o NCP-7 será um atalho indispensável, já que não há necessidade de intimações formais ou determinação prévia do juiz nos

tora não possui o endereço do réu no exterior, mas se ela tiver o contato do WhatsApp, tudo pode ser resolvido com rapidez, de uma forma justa e equilibrada, evitando-se a citação por edital, quando raramente os réus tomam efetivo conhecimento da existência da ação e são julgados à revelia”, disse o magistrado, ao comentar também que quando a parte informa o endereço é necessário expedir uma carta rogató-

É criado um grupo de WhatsApp no qual todas as informações serão disponibilizadas. No NCP-7, todo o gerenciamento das mensagens é feito no gabinete do juiz a partir de cada solicitação das partes. A audiência de conciliação é realizada em parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus). As partes recebem o link da plataforma Cisco Webex para ingressarem na sala de reunião na data e horário agendados.●



Juíza Bárbara Lívio

Eleita presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid) para 2021, a juíza Bárbara Lívio, da 2ª Vara Cível de Teófilo Otoni (Vale do Mucuri), avalia que 2020 trouxe avanços tecnológicos para o combate à violência doméstica e vê como desafios, para o ano que vem, manter a abrangência do Fórum, ampliada com uso das ferramentas remotas, e contribuir para dar continuidade ao fortalecimento interinstitucional do Fonavid.

Hoje, quais os principais eixos de atuação do Fonavid?

O Fonavid nasceu na terceira jornada Maria da Penha, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 31 de março de 2009, e, a cada ano, vem se consolidando como referência para os magistrados e outras instituições que atuam contra a violência doméstica. O Fonavid está trabalhando em três eixos principais: aperfeiçoamento, troca de experiências e a participação ativa nos órgãos de definição das políticas de proteção. Por ser um Fórum que congrega magistrados do Brasil inteiro, o Fonavid também é uma voz dos magistrados junto a outras instituições.

Quais os desafios do Fonavid para 2021?

Neste ano, o Fonavid foi virtual em vez de presencial. Isso foi muito interessante, pois possibilitou que mais magistrados e pessoas das áreas sociais e equipes técnicas pudessem participar. Manter essa abrangência do Fórum virtual, com a troca de experiências que ocorre nas edições presenciais do Fonavid, é um desafio. A consolidação da atuação interinstitucional do Fonavid, tornando-o ainda mais forte, em especial nos locais de acolhimento, é algo muito importante para os magistrados. Gostaria que nós ficassemos cada vez mais perto tanto da sociedade quanto de todos os magistrados, pois o Fonavid é de todos nós.

Quais iniciativas podem contribuir para atuação dos magistrados?

Estamos desenvolvendo a capacitação para julgamento com perspectiva de gênero não apenas para os juizes de violência doméstica, mas para todos os magistrados. Em outubro deste ano, por meio da Recomendação 79, o CNJ orientou pela capacitação dos magistrados em direitos fundamentais desde uma perspectiva de gênero. Antes mesmo dessa orientação do Conselho, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG (Comsiv),

por orientação da desembargadora Ana Paula Caixeta, superintendente da Comsiv, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, já havia desenvolvido esse curso.

Como Minas Gerais pode contribuir para o combate à violência doméstica e familiar?

Minas vem contribuindo muito no combate à violência doméstica. Uma das peculiaridades do combate à violência doméstica em Minas Gerais é o sistema de entrada multiportas. Não há apenas um local em que as mulheres pedem socorro. Pode ser nas Polícias Militar e Civil, nos Centros de Referência de Assistência Social, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social, Ministério Público e nos próprios Fóruns. Temos várias instituições atuando em conjunto, reformulando-se, trocando informações para melhor atender às mulheres.

Quais avanços podem ser observados no combate à violência doméstica neste ano?

Neste ano, é muito interessante observar os avanços tecnológicos que nós tivemos no Estado, que não se resumem apenas ao Poder Judiciário. Estamos começando a trabalhar com medidas protetivas e processos criminais eletrônicos. É muito bom ver isso. O avanço tecnológico é inegável e nós temos que atuar para impedir o retrocesso, possibilitando que mais mulheres tenham acesso à Justiça para que possam ter nosso apoio efetivo quando pedirem ajuda.

“Gostaria que nós ficassemos cada vez mais perto tanto da sociedade quanto de todos os magistrados, pois o Fonavid é de todos nós”

Desembargador preside Conselho de Política Criminal

Posse foi realizada na Cidade Administrativa de Minas Gerais

Os desembargadores Marcos Henrique Caldeira Brant e Márcia Milanez tomaram posse, respectivamente, nos cargos de presidente e vice-presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal (CCPC-MG). A cerimônia foi realizada no dia 6 de novembro, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, e foi conduzida pelo governador Romeu Zema.

O novo presidente do órgão falou sobre o caráter consultivo do Conselho e destacou a pluralidade na sua composição, integrado por vários operadores do Direito, entre eles magistrados de primeiro e segundo grau. "O Conselho tem caráter consultivo, de fiscalização do sistema penitenciário e recebe consultas que irão municiar os órgãos adequados com informações sobre a área penal, suas ações e programas", disse o desembargador Caldeira Brant.

Segundo a vice-presidente do CCPC-MG, o órgão sempre deu excelentes contribuições a Minas Gerais na área do Direito Penal. "É uma honra muito grande fazer parte dele, temos muito trabalho a ser feito em prol das políticas criminais", afirmou a desem-

DIRCEU AURÉLIO/SEJUSP



Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant assina termo de posse

bargadora Márcia Milanez.

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, enfatizou que importantes nomes da área de criminologia já integraram o CCPC-MG. "É um órgão consultivo e independente, berço de

grandes personalidades da criminologia de nosso estado e do Brasil, como o professor Jason Albergaria, a desembargadora Jane Silva, o doutor Marcos Afonso e o professor Celso de Magalhães Pinto", apontou.●

Com informações do TJMG

Franklin Higino integrará o TJMG

Novo desembargador ocupará vaga do quinto constitucional

O procurador Franklin Higino irá integrar o TJMG na vaga de desembargador proveniente do quinto constitucional do Ministério Público. A escolha foi feita pelo governador Romeu Zema e comunicada, por meio de nota oficial do Governo de Minas, no dia 24 de novembro.

O novo magistrado foi o mais votado durante sessão do Tribunal Pelo do TJMG, realizada no dia 19 de outubro, na qual foram eleitos os três membros do Ministério Público de Minas Gerais que iriam compor a

lista tríplice enviada ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Higino recebeu 81 votos.

Na nota oficial, o Governo de Minas afirmou que foram escolhidos os mais votados para os cargos de desembargador do TJMG e Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais. Após analisar os currículos dos candidatos e conversar com todos eles, Romeu Zema optou pelo procurador Jarbas Soares Júnior para chefiar o MPMG e Franklin Higino, como desembargador.●



Procurador Franklin Higino

CRITÉRIOS PARA A REVISÃO DA DOSIMETRIA PENAL

Revisão da dosimetria penal segundo a essência da trilogia do processo dosimétrico

THALES FLORES TAIPINA*

O sistema de dosagem da pena vigente em nosso ordenamento jurídico-penal desde a vigência da Lei 7.209/84 é o Sistema Trifásico, mais um dos brilhantes legados de Nelson Hungria.

Disposto no artigo 68 do CP, significa que o legítimo processo de aplicação da pena deve necessariamente obedecer a três etapas, que são autônomas, por possuírem, cada qual, circunstâncias e critérios próprios de valoração; sucessivas, devendo ser analisadas uma após a outra, não podendo se con-

que as fases da dosagem da pena estão dispostas [art. 68, CP], a realização do processo dosimétrico per saltum, com preterição ou supressão de alguma das suas etapas, ou a aglutinação de circunstâncias de naturezas distintas em uma mesma instância do processo dosimétrico, configura nulidade absoluta da pena nesses termos imposta, por violação à essência do modelo trifásico.

Nesses termos, a ideia de valoração de circunstância atenuante após a análise das minorantes e majorantes diante da Súmula 231

derações é que a revisão da dosimetria da pena pelas instâncias recursais somente encontra legitimidade quando o referido processo não atende aos preceitos do artigo 68 do CP em todas as premissas que estabelece, ou quando se apurar violação aos princípios que regem a aplicação da pena, evidenciando situações de parcialidade, arbitrariedade ou abuso de poder.

Em síntese, a revisão da dosimetria penal pelas instâncias superiores poderá ocorrer por: a) infração ao caráter autônomo e sucessivo das etapas do processo dosimétrico, confundindo-se ou concentrando-se em uma mesma etapa circunstâncias que deveriam ser valoradas em fase distintas; b) infração ao caráter escalonado ou hierarquizado do processo dosimétrico, permitindo-se que as circunstâncias da fase anterior recebam maior valoração do que as circuns-

“A REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA PELAS INSTÂNCIAS RECURSAIS SOMENTE ENCONTRA LEGITIMIDADE QUANDO O REFERIDO PROCESSO NÃO ATENDE AOS PRECEITOS DO ARTIGO 68 DO CP EM TODAS AS PREMISSAS QUE ESTABELECE, OU QUANDO SE APURAR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A APLICAÇÃO DA PENA, EVIDENCIANDO SITUAÇÕES DE PARCIALIDADE, ARBITRARIEDADE OU ABUSO DE PODER.”

fundir em um mesmo momento da dosimetria penal, como proposto por Roberto Lyra ao idealizar o Sistema Bifásico; e hierarquizadas ou escalonadas, diante do maior grau de censurabilidade das circunstâncias das fases posteriores em relação às anteriores.

O estudo do referido preceito legal mostra que o legislador não definiu de forma despropositada o caminho a ser percorrido pelo magistrado para dosar a pena ao sentenciado. Ao contrário, determinou-lhe uma ordem precisa, de modo que a sua desobediência configura grave violação à lei e consequente nulidade do ato. Logo, imperiosa a realização do processo dosimétrico consoante a ordem cronológica das etapas estabelecida pelo mesmo dispositivo legal.

Assim, a alteração da ordem em

do STJ [GALVÃO, Fernando-10ªed. p.735], configura subversão do processo dosimétrico por afronta ao caráter autônomo, sucessivo e cronológico de suas instâncias, como reconheceu o STJ [AgRg no AREsp 437.391/SP]. No mesmo sentido, a análise de várias reincidências entre as circunstâncias judiciais conduz à violação do seu caráter autônomo e ao próprio princípio da legalidade, por valorar uma circunstância legal [art. 61, I, CP] entre as circunstâncias judiciais [antecedentes].

Vislumbra-se, então, que a dosimetria da pena deve obedecer às premissas estabelecidas pelo citado dispositivo legal bem como aos princípios que regem a sanção penal, haja vista que o CP não precisou critérios para a sua elaboração.

Diante de semelhantes consi-

tâncias das fases posteriores; c) violação à ordem cronológica das etapas de dosagem da reprimenda, como estabelecidas pelo artigo 68, do CP; d) supressão de alguma das fases do exame dosimétrico; e) arbitrariedade quanto ao patamar de valoração das circunstâncias.

Em conclusão, às Cortes Superiores, no exame da dosimetria das penas em grau recursal, compete o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, bem como a correção de eventuais discrepâncias, se gritantes ou arbitrárias, nas frações de aumento ou diminuição adotadas pelas instâncias anteriores [STF - HC 113723].●

[*] Juiz de Direito do TJMG
Autor do Livro “Manual da Sentença Penal Condenatória”, Editora D’Plácido.



BAÚ DE ACORDES

Jacob do Bandolim e do Choro

Tiago Parrela - Um dos maiores compositores de choro e do instrumento que foi incorporado ao seu nome, Jacob do Bandolim, foi um dos maiores virtuosos musicais. Deixou uma obra que cria e recria o choro, e acrescenta inúmeras composições para o universo do instrumento.

Com esta devida importância, o músico ganha a biografia "Um coração que chora - Jacob do Bandolim", escrita pelo jornalista Gonçalo Júnior, que está com campanha virtual de financiamento coletivo para um trabalho de quase 700 páginas, registro de pesquisa de 400 horas de gravações e 7.000 documentos do acervo do artista e algumas

dezenas de entrevistas pelo privilégio de ter convivido com o compositor.

Dito de comportamento irascível, temperamental e outros adjetivos, Jacob deixou muita beleza em suas composições. Diziam que "as cordas do seu bandolim não eram de aço, mas feitas das fibras do seu coração".

Jacob se dizia um músico amador e dileitante, mas nunca se viu tanto profissionalismo na dedicação a uma arte. Tendo exercido a profissão de escrevente criminal, foi considerado um virtuoso instrumentista, preocupado com a perfeição e comprometido com as raízes do choro, o músico foi também um inovador

ao usar o bandolim de 10 cordas, redescoberto por Hamilton de Holanda.

O escritor João Máximo, autor da biografia de Noel Rosa, assim registra este comportamento e dicotomia de Jacob: "Olhos fechados como se orando, a energia de todo o corpo canalizando para o bandolim, os dedos ágeis ferindo as quatro cordas dupla, o homem se transformava em artista. Era uma transformação total, absoluta, meio mágica, pela qual o homem deixava de ser ele mesmo - cuja sobriedade beirava a aspereza e cujo humor tangenciava a sisudez - para se tornar um artista sensível, terno, capaz de extrair do instrumento sons não raro sublimes". ●

AGENDA CULTURAL

CLÁSSICOS DE NATAL

● A FELICIDADE NÃO SE COMPRA

Clarence é um espírito candidato a anjo que recebe a missão de ajudar um homem muito valoroso, porém desiludido. George Bailey está à beira do suicídio quando é salvo por Clarence, que lhe mostra como ele é importante na vida de muitas pessoas.

Gênero: Drama/Romance

Ano: 1946

Duração: 2h10

Classificação: Livre

Elenco: James Stewart, Beulah Bondi, Donna Reed, Frank Faylen, Henry Travers, James Stewart, Lionel Barrymore, Thomas Mitchell, Ward Bond

Direção: Frank Capra

Plataforma: Now

● OS FANTASMAS CONTRA-ATACAM

Frank (Bill Murray), o diretor arrogante e egoísta de uma rede de TV, recebe a visita de três fantasmas durante o Natal. As aparições fazem com que ele reflita sobre suas atitudes e ganhe uma nova perspectiva sobre o modo como leva sua vida. Dirigido por Richard Donner, o filme foi indicado ao Oscar de Melhor Maquiagem.

Gênero: Comédia Cult

Ano: 1988

Duração: 1h37

Classificação: Livre

Elenco: Bill Murray, Karen Allen, John Forsythe

Direção: Richard Donner

Plataforma: Telecine play

● O ESTRANHO MUNDO DE JACK

Entediado com a velha rotina de gritos e sustos, o Rei do Halloween, Jack Esqueleto, deseja espalhar a alegria no Natal. No entanto, esta alegre missão coloca Papai Noel em perigo e cria um pesadelo para meninos e meninas de todas as partes do mundo.

Gênero: Animação/Musical

Ano: 1993

Duração: 1h18

Classificação: Livre

Elenco: Danny Elfman, Chris Sarandon, Catherine O'Hara, William Hickey, Glenn Shadix, Paul Reubens

Direção: Tim Burton

Plataforma: Disney Plus

ANIMAÇÕES (ADULTO)*

● BIG MOUTH

Uma turma de amigos vive ao sabor das maravilhas e horrores da puberdade nesta comédia dos amigos Nick Kroll e Andrew Goldberg.

Gênero: Comédia

Classificação: 16

Estrelando: Nick Kroll, John Mulaney, Jessi Klein

Criação: Nick Kroll, Andrew Goldberg, Mark Levin, Jennifer Flackett

Plataforma: Netflix

● HOOPS

Um treinador de basquete mal-humorado faz de tudo para colocar seu time na linha e chegar às divisões principais. Não vai ser fácil virar esse jogo.

Gênero: Comédia

Classificação: 16

Estrelando: Jake Johnson, Ron Funches, Cleo King

Criação: Ben Hoffman

Plataforma: Netflix

● ARCHER

O elegante e sofisticado Archer pode ter os melhores dispositivos, mas não deixa de enfrentar problemas com sua chefe, que também é sua mãe.

Gênero: Comédia

Classificação: 18

Estrelando: H. Jon Benjamin, Judy Greer, Amber Nash

Criação: Adam Reed

Plataforma: Netflix

*As animações desta edição são indicadas para o público adulto, conforme a classificação etária informada pela Netflix.

PENSAMENTO JURÍDICO

Prisões previstas no Código Penal

As prisões cautelares podem provocar confusão na população leiga que assiste ou lê os jornais. Isso porque, entre os seis tipos de prisão previstos no Código Penal brasileiro, dois deles possuem nomenclatura similar. Qual a diferença entre elas? Nosso convidado, o juiz Paulo Roberto Caixeta, titular da 4ª Vara Criminal da Uberlândia, explica as diversas prisões cautelares previstas. [Foto]



Fonavid

Pelo reconhecimento nacional, o Judiciário mineiro irá presidir o 13º Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o Fonavid. De que maneira, magistrados mineiros e mineiras poderão contribuir no combate à violência contra as mulheres em todo o país? A nossa entrevistada é a juíza de Teófilo Otoni Bárbara Lívio, presidente do Fonavid.

Incentivo à participação feminina

A participação feminina no Judiciário cresceu a partir dos anos 80, mas depois houve uma estabilidade de cerca de 35% de magistradas e 56% servidoras. A convidada, juíza Beatriz Junqueira Guimarães, do 5º Juizado Especial Cível de Belo Horizonte, apresentou ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais um projeto sobre o incentivo à participação feminina no Poder Judiciário.

Whatsapp no Poder Judiciário

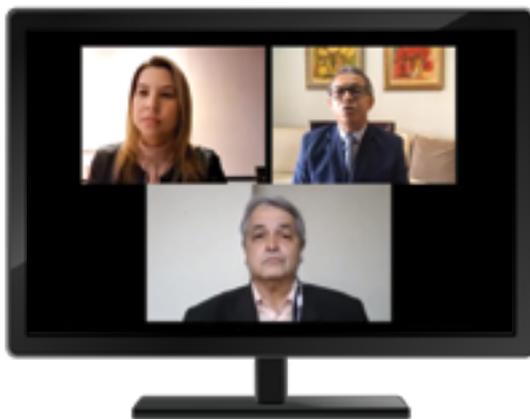
O convidado do Pensamento Jurídico, juiz Lupércio Paulo Fernandes de Oliveira, da 7ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, desenvolveu um projeto-piloto que recorre ao Whatsapp para agilizar audiências de conciliação e mediação. Como isso funciona? Quais são os alcances e limitações dos meios tecnológicos no Judiciário? Quais são os tipos de ações?

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Abusos do telemarketing

No Via Justiça falamos sobre os abusos das ligações de telemarketing. Nossos convidados são o juiz Antônio de Souza Rosa, do Juizado Especial de Montes Claros, e a advogada Ana Carolina Caram, especialista em direito do consumidor. Por que acontecem estes abusos? Como avaliar esses abusos em face do CDC, o Código de Defesa do Consumidor? Os abusos não prejudicam a empresa? [Foto]



Violência contra a criança

Qual a dimensão da violência contra a criança neste período de isolamento? Como analisar as causas deste alto índice no planeta, especialmente no Brasil e Belo Horizonte? Nossos convidados são o juiz Flávio Schmidt, da Comarca de Muzambinho, e a advogada Ana Carolina Castro, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-MG. Confira!

Inclusão da pessoa com deficiência

Neste ano de 2020, o Estatuto da Pessoa com Deficiência completa 5 anos e nosso tema são os desafios da inclusão, principalmente na área da saúde. Nossas convidadas são a desembargadora aposentada do TJMG, Vanessa Verdolim, presidente do Fórum Permanente de Direito à Saúde/MG, e a pedagoga Katia Ferraz, consultora da Comissão de Pessoa com Deficiência da OAB-MG. Confira!

Regras da união estável

Qual é a história da união estável no direito brasileiro? O que é a união estável? O que vem a ser a affectio maritalis? No Via Justiça, nós vamos falar sobre as regras da união estável. Nossos convidados são o juiz Antônio Carlos Parreira, da Vara de Família e Sucessões de Varginha, e a advogada Fabíola Meijon Fadul, especializada em Direito de Família e Sucessões.

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

Consulta médica pela internet

A **Amagis Saúde** disponibilizou uma plataforma de consultas com médicos por meio da internet. Estão disponíveis diversas especialidades.

Cardiologia, Clínica Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia Adulto, Neurologia Pediátrica, Ortopedia e Pediatria*.

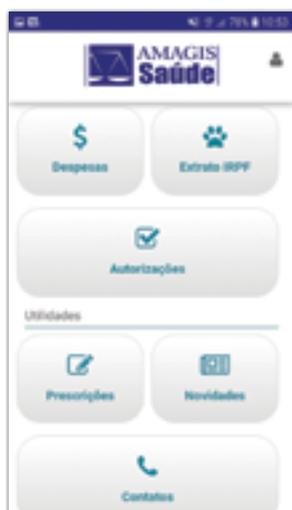
Todas as especialidades estão aptas a atender casos suspeitos de covid-19.

Acesse amagissaude.com.br e marque sua consulta

Aplicativo da Amagis Saúde agiliza acesso ao plano

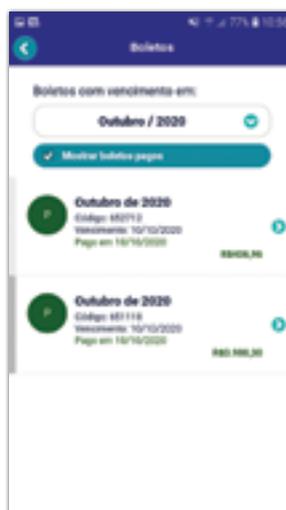
Conheça o app disponível na Google Play ou na AppStore

TELA INICIAL



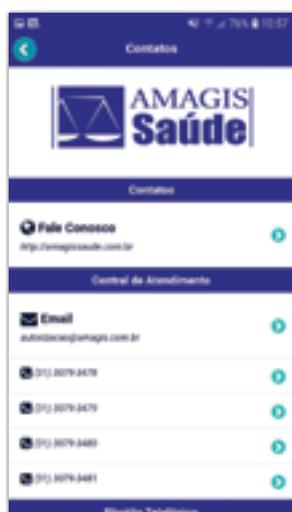
- Confira suas despesas com o plano
- Baixe o demonstrativo de Imposto de Renda
- Verifique se um procedimento médico foi autorizado
- Arquive suas prescrições médicas
- Conheça as novidades do plano
- Tenha acesso aos contatos da Amagis Saúde

BOLETOS



- Confira se os boletos do plano foram pagos, evitando atrasos e multas.

CONTATOS



- Tenha acesso pelo celular aos canais de comunicação da Amagis Saúde, seja para esclarecer dúvidas por e-mail ou telefone.

FAVORITOS



- Inclua nesse campo seus prestadores de serviço favoritos e tenha acesso rápido aos dados dele.



PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchal de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Check-up é gratuito e oferece exames em um único local

Evitar deslocamentos é medida de prevenção à Covid-19

Uma das características do Check-up da Amagis Saúde é possibilitar aos usuários do plano realizar os exames em um único local, evitando o deslocamento entre vários consultórios, laboratórios, clínicas ou hospitais, o que no atual quadro da pandemia pode ser considerado uma medida de prevenção à Covid-19.

Foi por essa razão, que, em vez de fazer os exames com seus médicos, a juíza Renata Bomfim Pacheco, da 31ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, decidiu fazer o check-up oferecido pela Amagis Saúde pela primeira vez. “Como esse ano foi muito peculiar para todos nós, considereirei que, em vez de me deslocar de um consultório a outro, deveria fazer a experiência de utilizar o check-up, que é um belo presente de aniversário”, afirmou.

A fim de evitar o ambiente hospitalar, Renata Pacheco optou por fazer os exames na Check-up Center. Na avaliação dela, o ambiente da clínica ajuda a reduzir a angústia da pessoa por estar submetendo a vários exames ao mesmo tempo. “O atendimento é de primeiríssima qualidade, os exames foram muito completos e com certeza acredito que os

MKT CHECK-UP CENTER



Clínica Check-up Center é uma das credenciadas à Amagis Saúde

associados deveriam fazer uso do check-up anual da Amagis Saúde”, avaliou.

CHECK-UP

Inteiramente gratuito, o Check-up da Amagis Saúde é destinado a todos os usuários do plano (titulares, dependentes e agregados) que tenham 35 anos de idade ou mais. Durante o mês de aniversário do usuário, ele pode realizar uma bateria completa de exames em um mesmo dia e local, economizando tempo, além de contar com a orientação de

profissionais altamente qualificados.

Em Belo Horizonte, os usuários da Amagis Saúde podem realizar os exames na Clínica Check-up Center (3194-1800), especializadas em realizações de check-up, ou no Hospital Mater Dei (3339-9563). Os magistrados que atuam nas comarcas do interior devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (3079-3499 - ramal: 3407) ou pelo email: checkup@amagis.com.br, para saber qual credenciado pode melhor atendê-lo. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Uso da carteirinha da Amagis Saúde gera benefícios

A Amagis Saúde orienta aos usuários do plano, que forem realizar procedimentos terapêuticos, clínicos, cirúrgicos ou diagnósticos, por médico cooperado à Unimed-BH, utilizarem a carteirinha da Amagis Saúde. Essa medida gera economia e agilidade no atendimento.

Como faço?

O primeiro passo é informar ao atendente que você deseja fazer o procedimento pela Amagis Saúde.

Posso usar a Amagis Saúde se a guia do pedido for da Unimed?

É possível utilizar a Amagis Saúde nesses casos, pois o plano aceita os pedidos feitos na guia da Unimed.

Quais documentos devo apresentar?

Carteirinha da Amagis Saúde, documento de identidade com foto e a senha fornecida pelo médico da Unimed. O atendente irá imprimir a guia da Unimed e anexá-la à guia da Amagis Saúde.

Por que o uso da carteira da Amagis Saúde garante mais agilidade na realização do exame?

Os procedimentos realizados pela Unimed precisam ser cadastrados no sistema da operadora para depois serem enviados e analisados pela Amagis Saúde. A autorização prévia é dispensada pela Amagis Saúde quando o serviço prestado é inferior a R\$ 270,00 e não há Diretriz de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Qual a diferença de valores?

A taxa de coparticipação praticada pela Amagis Saúde na realização de exames e procedimentos ambulatoriais é menor, pois não incide a taxa administrativa de 17,7% paga para a Unimed. ●

Pesquisador garante segurança das vacinas

Medicamento é submetido a uma série de normas rigorosas

Desde o início do ano, com o avanço da Covid-19 pelo mundo, cientistas de vários países iniciaram uma corrida contra o tempo para criar uma vacina contra a doença. Atualmente, 11 vacinas estão na etapa final, de estudos clínicos de eficácia, chamada de fase três.

Mesmo com todo investimento, recursos tecnológicos e empenho dos pesquisadores, a aprovação das vacinas contra a Covid-19 tem gerado bastante controvérsia, sendo a rapidez um dos motivos para dúvidas. De acordo com o professor Akira Homma, assessor científico sênior do Bio-Manguinhos, essa agilidade ocorre em função da adoção do procedimento de *fast track* e, por parte do Estados Unidos, do projeto *operation warp speed*, que aceleraram o desenvolvimento da vacina.

Segundo Homma, a adoção desse ritmo acelerado nos estudos é possível porque diferentes fases de desenvolvimento de uma vacina estão sendo comprimidos, sobrepostos e realizadas em paralelo à diferentes fases. Ainda de acordo com o professor, esses projetos passaram a ser desenvolvidos após o governo da China disponibilizar ao mundo o sequenciamento genético do vírus.

A maioria dos laboratórios está trabalhando em uma vacina contra a espí-

RODRIGO PEREIRA/ASCOM/BIO-MANGUINHOS



Professor Akira Homma, assessor científico sênior do Bio-Manguinhos

cula, que se une à célula da pessoa para infectá-la. Homma chamou atenção para o fato de que essa tecnologia já havia sido empregada no desenvolvimento de vacinas para outros tipos de coronavírus.

O professor esclareceu que também há muitos dados fornecidos sobre as fases 1 e 2, que antecedem a etapa dos estudos clínicos de eficácia da vacina, assegurando a sua qualidade. "Em todas as etapas de produção são utilizados material certificado, as instalações são certificadas em qualidade também. Tem que cumprir com boas normas de

fabricação. Os equipamentos também. Cada etapa de produção e o produto final tem um controle de qualidade", afirmou Homma.

O pesquisador ressaltou que cumpridas todas as exigências da produção do imunizante, o produto final, a vacina, ainda passa pela Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (IN-CQS), cujo controle é independente da área de produção, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária inspeciona toda a produção. *Veja a entrevista na íntegra no canal da Amagis no Youtube.* ●

